

# REAL FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA: TRANSCRIÇÃO COMENTADA DE UM MANUSCRITO DE 1793

*Camila Viais Leite* (UFMT)

[camilaviais@hotmail.com](mailto:camilaviais@hotmail.com)

*Carolina Akie Ochiai Seixas Lima* (UFMT)

[carolakie@yahoo.com.br](mailto:carolakie@yahoo.com.br)

## RESUMO

A temática deste trabalho é uma carta do século XVIII, pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IGHMT), referente ao Real Forte Príncipe da Beira, construído com a finalidade de garantir, fixar, defender, explorar e expandir o domínio da coroa portuguesa no processo de colonização da fronteira Oeste de Mato Grosso. A partir desse documento fizemos a transcrição, edição e analisamos os aspectos históricos e linguísticos sobre algumas peculiaridades ortográficas da língua portuguesa. Para isso, foram realizadas as edições fac-similar e semidiplomática, conforme Spina (1977) e Cambraia (2005), utilizando, assim, do estudo filológico, da abordagem científico-metodológica da crítica textual na recuperação, restauração, transmissão e preservação da memória de uma dada cultura e língua. Segundo Bassetto (2001), “o trabalho filológico tem por objetivo a reconstituição de um texto, total ou parcial, ou a determinação e o esclarecimento de algum aspecto relevante a ele relacionado”.

### Palavras-chave:

Filologia. Manuscrito. Forte Príncipe da Beira.

## ABSTRACT

The theme of this work is a letter of the XVIII century, belongs to Geographical and Historical Institute of Mato Grosso (IGHMT), concerning about the Real Forte Príncipe da Beira, built to secure, fix, protect, explore and extend the Portuguese Crown area on the colonization process of the West Mato Grosso border. From this document we made the transcription, edition and we've analyzed the historical and linguistic aspects about some Portuguese orthographical particularities. For that we carried out the fac-similar and semi-diplomatic editions according to Spina (1977) and Cambraia (2005). We used the philologic study and method of textual criticism for recovery, restoration, transmission and preservation of the specific culture and language memory. According Bassetto (2001) “the philologic work has as objective the reconstitution of the text, total or partial, or the determination and explanation about some important aspect.”

### Keywords:

Manuscript. Philology. Forte Príncipe da Beira.

## **1. *O Real Forte Príncipe da Beira (RFPB) e a colonizaçãono território de Mato Grosso***

Simultâneas ao processo de formação do território brasileiro, ocorreram as construções das fortificações pelos espanhóis, holandeses, franceses, portugueses, brasileiros, desde pequenos fortes até grandiosas engenharias, com o intuito de delimitar, fixar, assegurar, defender, preservar as riquezas minerais e vegetais, evitar contrabando e invasões, garantir, pois, o povoamento do espaço fronteiriço. Dentre as grandes faixas de terra, formou-se a Capitania de Mato Grosso, conquista da colônia portuguesa na América do Sul através da imigração de portugueses e o adentramento dos bandeirantes paulistas, no desbravamento de novas terras, na captura de índios para venda e mão-de-obra mais barata, na busca por pedras preciosas e metais, enfim, na procura de mercadorias que eram abundantes nos sertões brasileiros. Isso, graças ao avanço dos espanhóis para o Leste (SIQUEIRA, 2017). Com a descoberta de minas no rio Coxipó, nas margens do córrego Mutuca e Prainha, foram se formando arraiais, vilas, destacamentos militares, aldeias, ao longo do tempo de administração dos governantes. Devido a essa movimentação dos homens no território, em busca de seus direitos de posse, ultrapassaram o Tratado de Tordesilhas. Então,

Como resultado, as fronteiras portuguesa e espanhola terminaram por encostar na região do rio Guaporé, que se avizinhava com o Vice-reino do Peru, próximo a Santa Cruz de la Sierra, Capital de Chiquitos. A Coroa Portuguesa, considerando a distância das minas descobertas no extremo Oeste da Capitania de São Paulo, resolveu criar uma nova: a de Mato Grosso, através da Carta Régia de 9 de maio de 1748, nomeando, para governá-la, um nobre lusitano, D. Antônio Rolim de Moura. (SIQUEIRA, 2017, p. 40)

E, conforme Barroso (2015):

Para que a conquista do oeste da Capitania de Mato Grosso fosse definitiva, coube a Antônio Rolim de Moura, tornar Vila Bela da Santíssima Trindade em 19 de março de 1752 como capital da Capitania, a margem direita do rio Guaporé demonstrando o interesse de Portugal na preservação do território e proteção das minas. (BARROSO, 2015, p. 29)

Para também consolidar esse processo, houve, no total, a construção de três fortificações na capitania de Mato Grosso, de acordo com Fernandes (2005): o Forte Nossa Senhora da Conceição, construído em 1760 a partir das estruturas da Missão espanhola de Santa Rosa, no governo de Antônio Rolim de Moura Tavares, sendo em 1769, denominado de Bragança por Luís Pinto de Souza Coutinho; o Forte Coimbra (MS),

construído em 1775 no governo de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres e modificado em vários momentos devido aos ataques, dentre eles o da Guerra do Paraguai, sendo tombado, em 1974, como patrimônio histórico e artístico nacional, restaurado em 2008 pelo Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Exército (BARRETO, 2011), mantendo-se como ponto turístico e atualmente, de acordo com o site do Ministério de Turismo (publicado em 14 de Julho de 2020), dentre o prazo de dez meses deverão ser entregues os projetos interventivos “de melhorias visando manter o bom funcionamento do patrimônio”; e como explica Siqueira (2017):

Outra construção estrategicamente erguida ao longo da fronteira ocidental foi o Forte Príncipe da Beira (20 de junho de 1776), ainda por ordem de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. A posição geográfica dessa fortificação era estratégica: à margem direita do rio Guaporé, acima da capital, Vila Bela da Santíssima Trindade. Esse monumento arquitetônico serviu como mais um ponto de fixação da fronteira. A construção dessa suntuosa edificação ficou a cargo de Domingos Sambuceti, engenheiro responsável pela obra. (SIQUEIRA, 2017, p. 56)

A história do RFPB inicia-se durante uma viagem em 1773, do governador na inspeção do local almejado, já que os destacamentos das missões anteriores tinham sido destruídos com o tempo, restando apenas ruínas do Forte de Bragança até a atualidade. Intitulado dessa forma por ter facilitado em sua aceitação oficial, em honra ao primogênito da futura Rainha D. Maria, que ostentava o título de Príncipe da Beira (NUNES, 1985). É erguido de 1775 até 1783, restando partes internas para ser concluído, segundo Nunes (1985). Barcelos (2018) apresenta dois mapas, dos anos de 1789 e 1798, evidenciando o inacabamento da obra. Na execução, conforme Barroso (2015), há mão de obra especializada de brancos e escravos, qualificação e instrução da mão-de-obra indígena e a participação de trabalhadores livres, em meio às limitações enfrentadas no transporte de materiais, escassez de matéria-prima e doenças tropicais como a malária, a qual assolou a maioria dos trabalhadores, inclusive Sambuceti. Além das constantes picadas de mosquitos dia e noite, o que gerava prejuízos no andamento das atividades. Entretanto, como relata Nunes (1985), não faltava determinação, nem coragem:

Desde os primeiros dias da construção, expedia o capitão-general detalhados relatos ao governo português sobre o desenvolvimento dos trabalhos. Manifestava a firme expectativa de concluí-los, malgrado as dificuldades que lhe advinham da carência de mão-de-obra e da deficiência de ferramentas adequadas. A persistência, que era a constante de suas realizações, infundia ânimo aos que atemorizava a grandiosidade da empresa. (NUNES, 1985, p. 286)

Barroso (2015), nesse sentido, faz uma observação:

Percebemos que durante toda a construção da fortaleza, se tem anotações de tudo que era necessário, como registro do cotidiano, dos comandantes daquela obra, cartas, ofícios, diários e bilhetes. Algumas informações eram enviadas com certa urgência para Vila Bela, sede do governo da Capitania de MT, na expectativa de deixar o governo informado. Dessa maneira, o processo de construção do Real Forte Príncipe da Beira será acompanhando pela coroa até a sua fase de conclusão e inauguração. (BARROSO, 2015, p.103)

Contudo, os registros vão além do seu processo construtivo, sendo possível observar as notícias do Forte, questões constantes entre as cartas e ofícios, como: as dificuldades para conseguir alimentos; a suspensão de atividades pela ausência de materiais; a realização de pagamentos; as punições; as denúncias de má conduta; solicitação de remédios e de médicos; suspensão dos trabalhadores acometidos por doenças; o descontentamento do povo diante das impropriedades de padres; a contagem de escravos e dos postos de povoação; o levantamento de empréstimos, objetos recebidos e dívida de serviço; relato de viagem no domínio espanhol; envio de medidas para a confecção de fardamentos militares, dentre inúmeros assuntos de ordem social, política e econômica.

Dessa forma, podemos observar que os manuscritos constituem uma memória viva da história, mas não só desta, como também do nosso principal mecanismo de comunicação, inseparável dos aspectos históricos e socioculturais: a língua. É através da escrita que conseguimos analisar os aspectos linguísticos e culturais de um povo, as características de um determinado tempo e espaço.

Assim, poderemos ter uma melhor compreensão da nossa identidade linguística, dado que, “é observando o passado que se podem recuperar surpresas que o presente, com frequência, nos faz”, segundo Rosa Virgínia Mattos e Silva (2019), a qual afirma que: “Sem dúvida, para quem hoje usa e tem a oportunidade de refletir sobre a língua que usa, alguma informação histórica passada é um instrumento útil para abrir caminhos para o conhecimento de sua língua”. Logo, compreender o percurso histórico da nossa língua é imprescindível, principalmente para os professores de Língua Portuguesa - responsáveis pela construção de conhecimentos linguísticos. Todavia, como discute Mattos e Silva (2019), há outros centros de interesses dominantes entre os pesquisadores linguistas, porque há outros objetivos no ensino de línguas e da língua portuguesa, outros problemas da história presente mais urgentes a serem explicados em relação aos do século passado. Do contrário estaríamos, na

visão dela, propensos à alienação da nossa própria realidade. Por outro lado, beber dessa fonte inesgotável de informações que marcam as peculiaridades de cada *folium* dos documentos manuscritos, tentar desvendá-los, é fundamental para aproximação de qualquer tipo de conhecimento, serve para estudiosos de diversas ciências, devido à sua relevância existencial de patrimônio cultural escrito de uma dada época.

O estado atual das edificações do RFPB (localizado no município de Costa Marques, em Rondônia, na fronteira com a Bolívia), como descreve Barcelos (2018), é de ruínas, uma imagem de abandono, travando unicamente sua batalha contra a Floresta Amazônica. Assim como há inúmeras fortificações em estado avançado de degradação, restando evidências de muralhas e canhões enterrados. Enquanto outras nem vestígios restaram, seja por abandono, seja por sua duração efêmera. Todavia, há aquelas mais conservadas que abrigam museus, como exemplo o museu histórico do Forte Defensor (RJ); a praça pública no Fortim do Arraial Novo do Bom Jesus (PE); o centro cultural no Forte de São Diogo (BA); a realização de ações sociais no Forte ou Fortaleza de Santo Antônio Além do Carmo (BA); abertura de visitas turísticas, como, por exemplo, o Forte de Orange, Fortaleza de Santa Cruz ou Fortaleza de Itamaracá (PE); as instalações do exército na Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção (CE); escolas militares no Forte Marechal Hermes e Fortaleza da Praia Vermelha e Fortaleza de São João (RJ); a guarnição do Corpo de Bombeiros em parte do Forte de Santo Antônio da Barra ou Ponta da Areia (MA); construção de igreja, como o caso do Fortim de São Jorge Velho (PE), (BARRETO, 2011), dentre outras numerosas fortificações das unidades federativas, as quais evidenciam de maneira particular seu retrato para fatos importantes da história do Brasil, em sua ocupação, apropriação, defesa e expansão de território.

O RFPB foi abandonado e esquecido desde 1815, de acordo com Barroso (2015), até o redescobrimento pelo marechal Cândido Mariano da Silva Rondon e sua comissão pela preservação em 1911, como descrito por Nunes (1985):

Andarilho infatigável das sendas do oeste, na patriótica faina de pacificar índios, de resgatar ao convívio nacional as distantes comunidades pelos fios telegráficos e de abrir novos rumos para a integração das esquecidas lindes, defrontou-se Rondon com as derruídas muralhas do velho Forte. (NUNES, 1985, p. 310)

Ação que foi consolidada em 1930 com a ocupação do exército brasileiro para conservação até os dias atuais. O entorno é habitado, hoje,

pelo Pelotão Especial da Fronteira (PEF) e a comunidade Quilombola com sua associação: ASQUIFORTE, responsáveis por guardar materiais encontrados no Forte e receber os visitantes, além de proteger os valores de seus povos, que simbolizam e transmitem a história dos brasileiros, através da memória de seus antepassados, desde a formação de seu povoamento no Forte de Conceição, quando a comunidade já enfrentava opressão e dizimação, como podemos observar nos relatos de alguns moradores quilombolas em uma entrevista para um projeto de mapeamento social (FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de, 2014, p. 4-6) e até pouco persistiam os conflitos de convivência entre essas famílias tradicionais e os militares, no uso da área e no desenvolvimento de atividades. Todavia, no ano de 2019, a justiça homologou um acordo histórico entre as partes, que regulamenta o convívio e reconhece as funções de ambos, como registrado no site do Ministério Público Federal (MPF).

Tombado como patrimônio cultural do Brasil em 1950, passou por análises para projetos, desde aqueles de menor intervenção - limpeza, pesquisa arqueológica, levantamento dos problemas, restauração, como a utilização das pedras soltas para recomposição das partes faltantes dos prédios - até aqueles de maior impacto, como a proposta de um parque nacional com hospedagem e uma outra proposta realizada por empresários, para a construção de um cassino. Na prática foi realizado, ao longo dos anos, ações de menor impacto, como o trabalho de recuperação feito por arqueólogos e limpezas. Por fim, no ano de 2017 foi executado, pelo Batalhão de Engenharia e Construção de Rondônia, escoramentos com madeira para conseguir estabilizar as estruturas, estendendo a restauração para os dias atuais, em prol da candidatura do RFPB a Patrimônio da Humanidade no conjunto de Fortificações Brasileiras do Período Colonial que participaram da definição das fronteiras brasileiras (BARCELOS, 2018).

Por tais razões, é indispensável o valor que cada obra de defesa militar representou para a história regional, política, econômica, cultural, social nos diversos pontos estratégicos guarnecidos, nas diferentes épocas, e representa na contemporaneidade, seja através das marcas do tempo com suas ruínas, seja por sua atração turística ou função comunitária para a contribuição nas pesquisas científicas, ações de conservação e valorização. Some-se a isso, a importância da atuação do exército e das comunidades tradicionais na contribuição para um desenvolvimento sustentável, utilizando seus saberes ambientais no cotidiano, a fim de

respeitar e preservar o patrimônio, que reflete também as origens e os antepassados da sociedade, provocando um modo de ver e vivenciar com o passar das gerações.

Ademais, a relevância do arquivamento e manutenção nos arquivos públicos, tornando possível preservar valiosos documentos para a história da humanidade. Conseqüentemente, o significativo trabalho de estudar manuscritos no atual século. A partir desses registros escritos podemos analisar os aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais e linguísticos, como contribuição para os variados campos de estudo, como a História, Linguística, Geografia, Sociologia, Antropologia, Direito, dentre outros, sendo a Paleografia, um auxílio para o conhecimento da escrita antiga, evidenciando, por sua vez, a importância da edição de tais documentos, como também a contribuição de todo trabalho desenvolvido para a História do Português Brasileiro através da pesquisa filológica em manuscritos.

Por fim, não é preciso, como ressalta Barcelos (2018), identificarmos com o patrimônio para compreendermos sua importância, respeitar e preservá-lo, pois é primordial estabelecermos a alteridade na relação entre patrimônio e sociedade. Dessa forma,

O Forte Príncipe da Beira não precisa, necessariamente, para seu reconhecimento haver uma identificação com ele, mas ao conhecê-lo e respeitá-lo, pessoas de outras regiões podem promover ações para sua preservação. Sua valoração transcende a identidade e a proximidade geográfica, mas está relacionada ao respeito à sua história, monumentalidade, relação com a floresta amazônica, relação com a Comissão Rondon e a sua importância para preservação das fronteiras portuguesas, hoje brasileiras, além da relação simbólica com a comunidade local. (BARCELOS, 2018, p.100)

## **2. *Comentário sob a luz da filologia: Manuscrito de 1793***

É com o intuito de salvaguardar os manuscritos que exige um rigor no trabalho do filólogo, pois ele tenta aproximar o mais perto possível da originalidade, da genuinidade na edição do texto e, assim, prepará-lo para a publicação, em seus procedimentos técnicos, o que identifica sua atividade como crítico textual.

Como discorre Basseto (2001):

O trabalho filológico tem por objetivo a reconstituição de um texto, total ou parcial, ou a determinação e o esclarecimento de algum aspecto relevante a ele relacionado. Estende-se desde a crítica textual, cujo objeto é o próprio texto, até as questões histórico-literárias, como autoria, a autenti-

cidade, a datação etc., e o estudo e a exegese do pormenor. (BASSETO, 2001, p. 45)

Através da edição, sustentada teoricamente pelas etapas da crítica textual, por seus critérios não mais subjetivos, como eram utilizados antes de Karl Lachmann, que sistematizou o estudo filológico, é possível prolongar existência do texto. Como é descrito por Cambraia (2005):

Com certeza a contribuição mais evidente e importante da crítica textual é a *recuperação do património cultural escrito* de uma dada cultura. Assim como se restauram pinturas, esculturas, igrejas e diversos outros bens culturais da humanidade, a fim de que mantenham a forma dada por seu autor intelectual, igualmente restauram-se os livros em termos tanto físicos (recuperação da folha, da encadernação, da capa, etc.) quanto de seu conteúdo (recuperação dos textos).

Considerando que, após se ter restituído a forma genuína de um texto escrito, ele é, via de regra, publicado novamente, contribui-se também, assim, para a *transmissão e preservação desse património*: colabora-se para a transmissão dos textos, porque, ao se publicar um texto, este torna-se novamente acessível para a sua preservação, porque se assegura sua subsistência através de registros em novos e modernos suportes materiais, que aumentarão sua longevidade. (CAMBRAIA, 2005, p. 19-20)

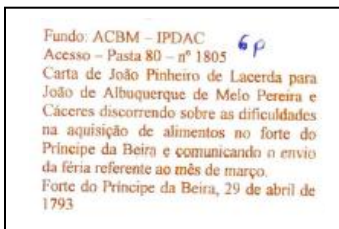
Dentre os tipos de edição, conforme Spina (1977) e Cambraia (2005), temos: a edição fac-similar ou mecânica; a diplomática, a semi-diplomática ou paleográfica; a modernizada e a edição crítica. Para a finalidade deste trabalho, serão utilizadas as edições fac-similar e semi-diplomática. A primeira consiste na fotografia do texto, reproduz com fidelidade as características do original e possui um grau tendendo mais para o zero quanto à intervenção do editor. A segunda consiste em uma forma de melhoramento do texto com a separação de palavras e o desdobramento das abreviaturas, seguindo com algumas adaptações na digitação, mas sem tentar modificar o formato original. A escolha por ambas é pelo fato de trabalharem o mais próximo possível do texto original, possuindo uma maior fidedignidade, como também tornando a leitura acessível ao público-leitor, especializado ou não.

Para a formatação da transcrição, nos apoiamos nas Normas de Transcrição de Documentos Manuscritos e Impressos/Edição Semidiplomática, do PHPB (Projeto para a História do Português Brasileiro).

O documento selecionado para este artigo é uma carta, composta por três fólios, do Capitão e Diretor de Obras, José Pinheiro de Lacerda ao Governador e Capitão General João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, escrito em 29 de abril de 1793, no Forte Príncipe da Beira.



Encontra-se no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT), na pasta 80, nº 1805 - Fundo: ACBM – IPDAC, conforme ficha catalográfica:



A referida carta relata não somente as dificuldades na aquisição de alimentos para continuidade nos serviços ou comunica o envio de pagamento, mas também a necessidade de materiais para a conclusão de partes da obra e para o conserto das armas de fogo, faz solicitação de remédios, concessão de um cirurgião e suspensão de alguns trabalhadores.

Com esta transcrição comentada, pudemos ter uma visão, ainda que em recorte, do processo de colonização no território brasileiro com a construção de fortificações e a história do RFPB na capitania de Mato Grosso até o atual Estado de Rondônia. Por fim, observamos também, a partir de um recorte no tempo, o estado da língua portuguesa no século XVIII, período que ainda não possuía um sistema ortográfico oficial, não havia uma uniformização na escrita, nem na acentuação gráfica, de tal modo que é possível observarmos uma grafia própria de cada autor, copista, equiparando-se, no caso do manuscrito de 1793, às heranças latinas predominantes no período pseudo-etimológico da história ortográfica.

O uso das consoantes geminadas seria um exemplo de influência do latim e do exagero elitista da época, conforme Andrade, Lima, Oliveira (2012). Segundo Coutinho (1976), a duplicação do <l> no final do vocábulo visava provavelmente distinguir o velar do alveolar, já, no meio da palavra, decorria da influência do latim. Há também o uso do <h> no início das palavras, de conformidade com a origem latina ou não, podendo indicar vogal aberta ou monossílabo tônico (COUTINHO, 1976). Nesse manuscrito há o uso do <he> como vogal aberta. Já o restante das ocorrências das vogais aproximam-se do português moderno e as consoantes como o uso de <z> pelo <s> ou vice-versa, <c> por <ss>, <g> por

<j> divergem da grafia atual; no entanto, até hoje, há confusão de colocação, pois em alguns vocábulos assumem o mesmo som.

O levantamento dessas ocorrências são as seguintes:

- Duplicação das consoantes L, T, F,M e N, como em: <Ilustríssimo> (L.01, 1r) ; <attentidos> (L.20, 1r); <ffeitos> (L.12, 1v)<efetivamente> (L.19, 2v); <Commandante> (L.01, 2v); <annos> (L.02, 3v), além do R e do S.
- Uso da letra Y em substituição ao I: <Boys> (L.11, 1r); <mandey> (L.08, 2v); <darey> (L.07, 3r)
- Uso do H no início de palavra: <hum> (L. 06, 1r);<chuns> (L.21, 1v); <hua> (L.02, 1v);<he> (L.19, 1r); <hira> (L.13, 3r)
- Uso da letra ramista I no lugar de J: <lozé> (L.08; 3v)
- Uso de Z por S: <Mezes> (L.16, 1r); <apresenta> (L.09, 2r); <prizões> (L.14, 3r)
- S por Z: <introduirem> (L.19, 1v)
- C por SS: <pecimamente> (L.03, 1v)
- G por J: <sugeite> (L.04, 3r)
- O por U: <servio> (L.03, 2r); <vio> (L.15, 1v)
- I por E: <piquenos> (L.21, 1v); <quasi> (L.26, 1r)
- I por U: <oiro> (L.11, 1r)
- Uso de OENS: <informacoens> (L.25, 1v)
- Uso do U indicando I ou O: <dous> (L.26, 2r); <cuperto> (L.21,2v)
- Uso de AÓ por ãO: <ocaziaó> (L.24, 2v)
- Uso de E indicando A: <Reçaó> (L.14, 1R)
- Perda de um fonema final da palavra: <passage> (L.7, 2v)

Para padronizar o sistema, surge o período simplificado para regularizar a acentuação, reduzir as consoantes geminadas, eliminar símbolos da etimologia grega, enfim, contribuir para um acordo gráfico que se manifesta até os dias atuais.

Mas muitas foram as confusões feitas nessa época, pois faltavam conhecimentos acerca da evolução da língua portuguesa, complicando ainda mais o problema ortográfico do português. A solução seria retomar o espírito da primitiva ortografia, trabalho que poderia ser realizado apenas por um especialista na história interna da língua portuguesa. (ANDRADE; LIMA; OLIVEIRA, 2012, p. 160)

Assim, surgem os princípios básicos em 1904, que nortearam a reforma lusa em 1911, estabelecidos por Gonçalves Viana, o qual optou por manter as consoantes geminadas como elemento indicador de boa pronúncia e a proposta de Medeiros e Albuquerque pela Academia Brasileira de Letras, em 1907, para extingui-las, que segundo Andrade, Lima, Oliveira (2012) foi fruto da busca de uniformização das regras e normas regulando o português escrito da época, já em debate há algumas décadas em Portugal:

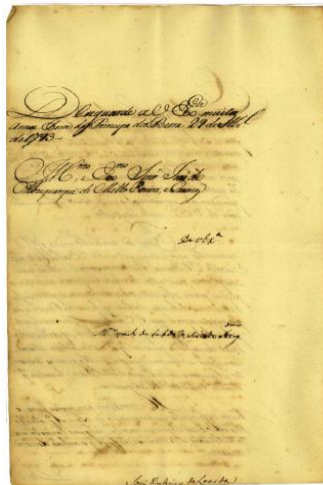
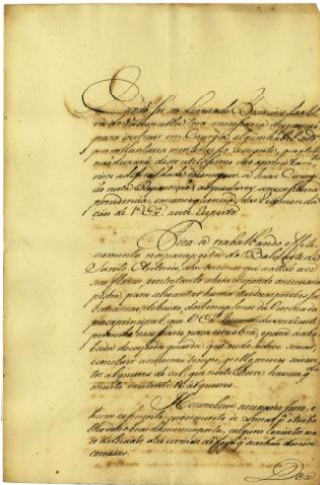
Para Cavaliere (2000, p. 224), a simplificação das consoantes era um dos pontos imperativos da proposta fonêmica de Medeiros e Albuquerque, sobretudo porque aqui no Brasil as geminadas resumiram-se num capricho etimológico na maioria dos casos. Somente no caso de *çç*, em que a primeira letra representa /k/, caberia a grafia das geminadas, já que sua supressão interferiria na pronúncia da palavra. (ANDRADE; LIMA; OLIVEIRA, 2012, p. 163)

Como descrito por Andrade, Lima, Oliveira (2012), o debate sobre a ortografia continuou por muito tempo até transformar em lei, pois havia uma divergência gráfica entre o português de Portugal e do Brasil, além da não aceitação por parte dos intelectuais e do povo, sendo a partir de 1931 o estabelecimento dos acordos ortográficos oficiais entre os países e passa a ser adotado pelo Decreto-lei de 1943 em todo território brasileiro e o de 1945 em Portugal. Por fim,

Para Cavaliere (2000, p. 196-97), o uso das consoantes geminadas vem da disciplina reinante no período fonético da história ortográfica do português que legou exemplos concretos da falta de controle e fiscalização que tal sistema representa. As consoantes geminadas, que supõe ser um grafismo de cunho meramente etimológico surgido no Renascimento, trata-se de um recurso já utilizado no português arcaico só que com valor puramente fonético. Para o autor citado, o uso de *ff* intervocálico nos primeiros séculos do vernáculo não tinha o valor de som longo como na tradição latina, porém o de *f* simples: as letras geminadas reforçavam a pronúncia da labial surda, já que em outras palavras o *f* latino, transformado em *v* no português, continuava a ser representado pela letra *f*. (ANDRADE; LIMA; OLIVEIRA, 2012, p. 164)

A seguir, apresentamos a edição fac-similar do manuscrito selecionado para esse artigo, e, na sequência, a edição semidiplomática.





**Edição Semidiplomática:**

[fol.1r]

L.01

Ilustríssimo, e Excelentíssimo Senhor

L.05

Os famosos Lavradores desta Repartição que se inculcaõ precisados alargarem as terras, por se lhes não receberem nos Armazéns os seus effeitos com a devida proporção tantas vezes recomendadas de *Vossa Excelência*, não tiverão hum alqueire de milho, para o venderem a Fazenda Real; pello que me achei precisado de mandar vir da Povoação de Santo Antonio dez Gua

L.10

rajuz hum Botte Carregado do dito milho comprado a quarto de oiro o alqueire; *para os Boys*:

L.15

De Carro *que* trabalhão na Pedreira, a pôr a pedra no porto: visto que se reduzirão a estado de não poderem com este serviço, sem sua Reçaõ de milho: inconveniente de que se seguiria ou parar as obras por alguns Mezes, ou tomar-se o milho, aos quatro Lavradores que fabricaõ farinhas.

L.20

Luiz da Costa Delgado  
que sempre está de humor de fazer petições, he hum dos mais bem attendidos no recebimento

- dos seus feitos; tanto assim, que na saffra deste anno, lhe mandey receber por urgente necessidade de farinha, e feijão, para se distribuírem em dando se pellos Militares, e obreiros, cento e tantos alqueires da mais pecima farinha, e oitenta e cinco de arroz, ainda humedo e quase verde: E por que tendo se-lhe recomendado fabricasse as suas
- L.25 [fol.1v]
- L.01 as suas farinhas milhos, e igual a dos mais, com tinuava a trazer hua barca cada semelhante a primeira, pecimamente fabricada; a qual precedendo se aos exames do Escrivão da fazenda
- L.05 Real, e Almozarife, lha mandei recusar, e não tardará a queixar se sem causa como costuma.
- Direi mais a Vossa Excelência em resposta do Artigo segundo da Carta de Vossa Excelência dos 10 de Março deste anno, que me não. Lembra por todo o espasso do meu Comando, qual fosse, ou fossem os moradores deste Continente, a quem se tivesse recusado o Recebimento dos seus feitos principalmente feijaó, arroz, milho, azeite, e Aves de que sem
- L.10 Pré tem havido faltas neste Forte, e ainda farinha; e quem foi o fabricante, que se vio precisado de a não
- L.15 fazer, ou de lhe dar outro destino que não fosse o de se lhe receber nestes Armazens; salvo alguma porção de Toucinho, por quererem todos ao mesmo tempo Introdusirem nos Armazéns maior porção do Necessario:
- L.20 Mottivo que me tem obrigado a manda llo receber alternativamente a huns, e outros; e a grandes e pique nos, sem distincão, ou alteração alguma; a vista do que julgo necessario, que a semelhantes orgulhosos, e perturbadores se servisse Vossa Excelência, de servi llos por hum Respeito
- L.25 em que precedendo se a informacoens Necessarias, se ouvessem de castigar aos del[ic]quentes.
- Já
- [fol.2r]
- L.01 Já mandei publicar o Edittal, a bem de constar a todas as pessoas deste Forte, que Vossa Excelência se servio novamente a restabelecer por equidade a estes moradores o arbitrio de se lhes pagar pella
- L.05 Fazenda Real os toucinhos, a setenta e Seis de oiro a libra.
- Remeto a Vossa Excelência a Féria do Mez de Março, e a relação dos remédios; necessarios, que apresenta o Cirurgiaó Francisco da Silva de Vasconcelloz.
- L.10

- A grama que Vossa Excelência Segunda vez fez remeter para este Forte a cargo do Soldado Estevão Antonio, fica toda plantada, e me parece não deixara de Corresponder a sua produção.
- L.15
- Não me consta que neste Forte existão dispersos alguns Índios das duas Missões de Lamego, e Leomil; salvo o rebequisto Pedro, que ha bastantes Mezes se acha doente das pernas; porém este se acha dispensado do Serviço do Comum da sua Povoação, Pello Illustríssimo, e Excelentíssimo Senhor Luiz de Albuquerque de Mello Pereira, e Caceres; e o Índio Gonçalo de Leomil, que des[de] a sua infancia vive neste Forte, e tem servido de pescador aos dous ante [fol.2v]
- L.20
- Antecedentes Commandantes; e depois de eu também ser Commandante desta Repartição, seria desproporção não ser igualmente attendido e contemplado: principalmente servindo me o dito Índio Voluntariamente pella paga que recebe.
- L.05
- Na passage do Sargento de Pedrestres Iozé Nunnes da Silva mandey aqui deixar 5 arrobas 14 librasde Breu, para calafê To de hum Botte que esta no estaleiro disposto para conduzir pedra tosca, para as obras da porta principal; igualmente com outro, que effettivamente conduz a de cantaria ou Lavrada, para o Revestimento dos parapeitos.
- L.10
- Dos oitoescravos queVossa Excelência foi servido em carregar a meu cargo, e trabalho nestas Reaes obras a titulo de Iozé da Cunha dos Santos, além de terem provado muito mal, que effettivamente se acha hum ou dous doentes, agora se me apresenta outro por nome Roque Muumbi cuberto de pintas que denotas grande efervecencias e sangue segundo diz o Cirurgiao, ou principia de morfeo; pello que me pareceu conveniente nesta mesma ocazião remete llo para esta Villa, para se poder curar com tempo que os remédios lhe possão aproveitar.
- L.15
- Eu [fol.3r]
- L.20
- Eu naõ sei se o Licenciado Francisco da Silva de Vasconcellos terá a necessária disposição, para instruir em Cirurgia algum hábil soldado que Volluntariamente a isso se sugeite; que a te lla não deixará de ser utilíssimo esse aproveitamento,
- L.25
- L.01
- L.05

visto a dificuldade de conseguir-se hum Cirurgiao nesta Repartiçáo: ao que darey a necessária providencia, em consequência das Recomendações de Vossa Excelência a este respeito.

- L.10 Fica-se trabalhando effeti-  
mente nos parapeitos do Baluarte de  
Santo Antonio, e das cortinas que se attáo aos  
seus flancos; e entretanto se hira dispondo a necessaria  
pedra, para se levantar huma das duas prizões sub-  
terraneas, debaixo dos terra plenos da Cortina da  
L.15 porta principal, que Vossa Excelência recomenda se exêcute;  
porem he necessário para esta obra, e para á abo-  
bada do corpo da guarda que tudo se deve serrar  
e concluir ao mesmo tempo, pello menos seiscentos  
L.20 alqueires de cal: que neste Forte haverá quando  
muito existente 16 alqueires.  
He também necessário ferro, e  
hum suficiente provimento de Limas, para o traba-  
lho das obras da mesma porta, e alguns concertos mais  
L.25 delicados das armas de fogo que se acháo descon-  
certadas.  
Deos  
[fol.3v]
- L.01 Deoz guarde a Vossa Excelência muitos  
annos Forte do Príncipe da Beira 29 de Abril  
de 1793 -
- L.05 Illustríssimo, e Excelentíssimo Senhor João de  
Albuquerque de Mello Pereira, e Caceres  
De Vossa Excelência
- Muito omilde subdito, e obrigandomo  
Iozé Pinheiro de Lacerda

### 3. *Agradecimentos e considerações finais*

Consideramos que o trabalho filológico, envolvendo a busca de documentação manuscrita ou impressa, tem o objetivo de estudar, analisar e compreender características linguísticas sincrônica ou diacronicamente, um trabalho relevante para a história do português brasileiro.

Neste artigo, apresentamos algumas características ortográficas do português oitocentista que demonstram o movimento histórico pelo qual nenhuma língua viva há de se furtrar. Uma língua viva, como a Língua Portuguesa, oferece muitos caminhos a serem trilhados quando o assunto é a pesquisa linguística.



No nosso caso, nos concentramos na pesquisa filológica que busca através do texto escrito, não só a história da língua, como também a história de um povo, de um lugar em uma determinada época.

Falar do Forte Príncipe da Beira e da importância de tudo que envolveu sua construção e seu entorno, por meio da transcrição comentada, aqui apresentada, é falar da história de Mato Grosso e da História do Brasil e sua fronteira.

Como agradecimento para a execução deste trabalho, destacamos a importância do fomento à pesquisa, através da Bolsa Capes/DS e ao Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem, onde esta pesquisa de mestrado está sendo desenvolvida.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Elias Alves de; LIMA, Carolina A. O. S.; OLIVEIRA, G. G. M.; As consoantes geminadas latinas no Português do século XVII: uma análise filológica de manuscritos. *Revista Philologus*, Ano 18, n. 53, p. 110-166. – Suplemento. Rio de Janeiro: CIFEFiL, maio/ago. 2012,

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Real Forte Príncipe da Beira, em Rondônia, está em obras*. 2018. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/ro/noticias/detalhes/4950/real-forte-principe-da-beira-em-rondonia-esta-em-obras-de-revitalizacao>> Acesso em: 27/10/2020.

BARRETO, Aníbal. *Fortificações no Brasil: (resumo histórico)*. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011.

BASSETO, Bruno Fregni. *Elementos da filologia românica: história externa das línguas*. São Paulo: Edusp, 2001.

BARCELOS, Giovani da Silva. *Forte Príncipe da Beira: conhecimento, valorização e preservação*. (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Rio de Janeiro, 2018.

BARROSO, Lourismar da Silva. *Real Forte Príncipe da Beira: ocupação oeste da Capitania do Mato Grosso e seu processo construtivo (1775–1783)*. (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2015.

BARROSO, Lourismar da Silva. *Real Forte Príncipe da Beira: ocupação oeste da Capitania de Mato Grosso e seu processo construtivo (1775–1783)*. Porto Alegre: Versos Serenos, 2015.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

COUTINHO, Ismael Lima. *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Mapeamento social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais: quilombolas do Forte Príncipe da Beira, Vale do Guaporé, Costa Marques, RO, 10*. Manaus: UEA, 2014.

FERNANDES, Suelme Evangelista. *De um Império a outro: a construção e os conflitos no Real Forte do Príncipe da Beira (1776–1792)*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23, 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas: manuscritos e documentos luso-brasileiros, séculos XVI ao XX*. 5. ed. revisada e aumentada. Curitiba: CRV, 2019.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2019.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). *Justiça homologa acordo histórico que regulamenta convívio entre Exército e comunidade quilombola em Rondônia*. 2019. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/ro/sala-de-imprensa/noticias-ro/justica-homologa-acordo-historico-que-regulamenta-convivio-entre-exercito-e-comunidade-quilombola-em-rondonia>> Acesso em: 27/10/2020.

NUNES, José Maria de Souza. *Real Forte Príncipe da Beira*. Rio de Janeiro: Spala / Fundação Emílio Odebrecht, 1985.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. 2. ed. atual. e ampl. Cuiabá-MT: Entrelinhas Editora, 2017.

SPINA, Segismundo. *Introdução à ecdótica: crítica textual*. São Paulo: Cultrix, 1977.